

**Ata da 27ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima,
ocorrida em 19/12/2005, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada
dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos 2º Andar**

Participantes:

1. Luiz Antonio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo
3. Ruy de Góes Barros – Ministério do Meio Ambiente
4. Luiz Alberto Figueiredo Machado – Ministério das Relações Exteriores
5. Leíza Martins Dubugras – Casa Civil
6. Luís Carlos M.A. Job – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
7. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
8. Marcos Otávio – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,
9. Guido Gelli - Ministério do Planejamento
10. Lindemberg de Lima Bezerra – Ministério da Fazenda

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios.

1. Aprovação da Ata da 26ª reunião da Comissão Interministerial.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro informou que a minuta da Ata da 26ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência e indagou se alguém teria alguma observação a fazer.

O representante do Ministério da Fazenda, Dr. Lindemberg de Lima Bezerra apontou uma observação quanto ao item 2. Questionou se de fato o Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro, de fato, reconhece que os órgãos ambientais locais são contrários à emissão de qualquer tipo de declaração antes do término do processo de licenciamento ambiental. Ressalta que sua preocupação advém de um diálogo com representantes do IBAMA, quando foi informado que há espaço para negociações junto ao CONAMA, no caso específico de projetos MDL.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro confirmou a informação anotada na Ata da 26ª reunião, entretanto, destaca que os órgãos estaduais podem ter posições distintas quanto ao tema. Ressaltou ainda que as informações as quais teve acesso referem-se especificamente ao estado de São Paulo. Assim, tendo em vista os esclarecimentos prestados entende que não há necessidade para alterações do texto da Ata, neste trecho. Informa ainda, que a informação apresentada pelo Dr. Lindemberg de Lima Bezerra não foi apresentada, durante a 26ª reunião.

O Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez ainda esclareceu que uma moção movida pelo CONAMA não acarretaria, necessariamente, em alterações no rito dos órgão ambientais locais.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra concordou que sua colocação não poderá ser inserida na ata, uma vez que não foi discutida durante a 26ª Reunião. Entretanto, acredita, que tendo em vista a relevância do tema, pondera se este poderia ser re-discutido pela Comissão. Acrescenta que projetos MDL têm por si só, características positivas para o meio ambiente.

O Secretário Executivo destacou que, em muitos casos, o projeto MDL representa apenas uma pequena fração de uma grande atividade de projeto. Apontou que o Projeto Cosipar, aprovado pela Comissão Interministerial, está sendo embargado pelo IBAMA, pois estaria utilizando floresta nativa e não plantada, conforme previsto no DCP. Assim, destaca que outras atividades poderiam enquadrar-se no mesmo caso do projeto Cosipar, o que poderia representar um risco à imagem da Comissão Interministerial.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro destacou que consta também do texto da ata uma citação do representante do Ministério do Meio Ambiente que afirma que foi requerido o licenciamento ambiental de todos os projetos MDL aprovados pela Comissão Interministerial, e que a falta deste instrumento poderia comprometer a qualidade do processo de aprovação.

O Dr. Ruy de Góes Barros, representante do Ministério do Meio Ambiente ressaltou que a ata reflete de fato a posição de seu Ministério, porém o texto poderia ser revisto a fim de alcançar eventuais casos excepcionais.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro destacou que sendo assim, caberia uma reformulação do posicionamento do Ministério do Meio Ambiente, até porque durante a 26ª reunião, baseou-se no posicionamento deste Ministério. Argumenta que de qualquer maneira, sua posição permanecerá firme quanto a este aspecto, pois entende que a adoção de medidas excepcionais em casos específicos pode acarretar em grave ônus político para a Comissão.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra destacou que representantes do IBAMA informaram que o processo de licenciamento ambiental é realmente demorado e que via de regra é dado prioridade ao licenciamento de grandes empreendimentos. Assim, comentou que o licenciamento de uma pequena fazenda de suinocultura deve ser muito mais demorado que o licenciamento de uma grande empresa.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério de Minas e Energia ponderou que a Comissão havia concordado com a realização de um seminário cujo objetivo específico seria justamente a conscientização dos órgãos ambientais regionais, a fim de sensibilizá-los para a questão dos projetos MDL.

O Dr. Ruy de Góes Barros concordou que a realização de um seminário com os órgãos ambientais regionais pode representar uma boa oportunidade para sensibilizá-los quanto a necessidade de um processo de licenciamento expedito no caso específico dos projetos MDL. Neste sentido, reitera a intenção do Ministério do Meio Ambiente de organizar tal seminário.

O Dr. Ruy de Góes Barros sugeriu que a aprovação da Ata da 26^a reunião seja postergada a fim de permitir uma leitura mais cuidadosa. Propõe que o documento seja aprovado durante uma votação eletrônica.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro destacou que durante a 26^a reunião o tema do licenciamento ambiental foi amplamente debatido e que foram consideradas duas questões fundamentais, em primeiro lugar a dificuldade e demora do processo de licenciamento ambiental e em segundo lugar, alguns empresários que submetem projetos para aprovação da comissão no ultimo minuto sem o devido licenciamento e argumentado que o projeto não pôde ser licenciado pois não houve tempo hábil. Recorda que terminada a reunião o consenso foi de que não seria prudente abrir exceções quanto a necessidade do processo de licenciamento.

O Dr. Guido Gelli, representante do Ministério do Planejamento questionou o Secretario Executivo sobre como se dá o contato dos desenvolvedores de projeto com a Comissão Interministerial.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez destacou que a todas estas informações estão disponíveis na Internet. Informou ainda que foi elaborada uma cartilha, que também está disponível na Internet com o objetivo de esclarecer os procedimentos de submissão de projetos MDL no Brasil.

O Dr. Guido Gelli questionou se, ainda assim, de posse de toda esta informação, os desenvolvedores apresentam à Comissão Interministerial, projetos sem o devido licenciamento ambiental.

O Secretário Executivo esclareceu que muitas vezes os desenvolvedores de projetos almejam a aprovação de seus projetos, pressionando politicamente a Comissão Interministerial. Destacou que a empresa UNICA encaminhou uma carta ao Ministro da Ciência e Tecnologia pedindo que ele tome as providências necessárias a fim de garantir a aprovação de seu projetos cuja metodologia expira dia 23 de dezembro e forma submetidos para análise da Comissão Interministerial no dia 19 de dezembro.

O Dr. Guido Gelli entendeu que não haveria outra solução senão a exigência do devido licenciamento ambiental. Destacou que durante a 26^a reunião chegou-se ao consenso que a única hipótese de exceção admitida pela Comissão seria a submissão de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado juntamente com o Ministério Público.

O Secretário Executivo informou que durante a COP 11 e COP/MOP 1 em Montreal decidiu-se estender por mais um ano o prazo de registro dos projetos que requeiram créditos retroativos que já tiverem iniciado o seu trâmite. Assim, avalia que a pressão antes feita sobre a Comissão Interministerial, pelos proponentes de projetos, dissipar-se-á.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro pediu ao Dr. Lindemberg de Lima Bezerra que esclareça melhor a posição do Ministério da Fazenda, caso queira apresentar uma proposta distinta daquela acordada pela Comissão Interministerial durante a 26^a reunião.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra informou que a posição do Ministério da Fazenda sempre foi favorável a exigência de todas as licenças ambientais. Entretanto, destacou que sua preocupação refere-se especificamente ao tratamento que estes projetos podem estar recebendo junto ao órgão ambiental regional. Ressaltou ter recebido informações do IBAMA de que o licenciamento de pequenos projetos não seria prioridade para os órgãos ambientais regionais, e como muitos dos projetos MDL são de pequeno porte, há o temor que o seu licenciamento possa ser ainda mais demorado. Destacou que a sugestão do representante do IBAMA seria a articulação junto ao CONAMA com o objetivo de expedir algum tipo de norma que facilitasse o trâmite do processo de licenciamento ambiental junto aos órgãos ambientais. Concordou que o seminário acertado durante a 26ª reunião poderia ser um caminho interessante.

O Dr. Guido Gelli destacou que tem alguma experiência com o funcionamento do CONAMA e argumentou que esta órgão não tem autonomia para alterar os procedimentos internos dos órgãos ambientais locais. Informou ainda que os procedimentos de cada estado são definidos por leis próprias e que mesmo que o presidente de cada órgão ambiental local se solidarize com a questão dos projetos MDL ele não terá autonomia para atropelar os ritos processuais estabelecidos em lei. A única solução seria a alteração da legislação em cada estado, mas isto seria extremamente complicado e demorado. Conclui avaliando como positiva a realização do seminário discutido durante a 26ª reunião da Comissão Interministerial, mas ressalta que o único objetivo deste seminário deve ser o esclarecimento dos órgãos ambientais regionais e secretarias do meio ambiente quanto a importância do licenciamento célere de projetos MDL e pedir sua compreensão e boa vontade, nada mais do que isto.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro avaliou como uma possibilidade a elaboração de uma carta a ser encaminhada aos secretários dos órgãos ambientais regionais informando-os da importância do licenciamento ambiental dos projetos MDL e pedindo que se solidarizem com o assunto e garantam assim, um procedimento célere de licenciamento. Informou que em sua argumentação destacaria a importância que estes projetos MDL têm para o meio ambiente e como o seu desenvolvimento contribuiria com o desenvolvimento sustentável.

O Dr. Ruy de Góes Barros acreditou que o envio de uma carta aos órgãos ambientais regionais pode ser mal interpretada pelos seus diretores e gerar um desconforto junto à Comissão Interministerial. Avalia que o que está se discutindo são casos excepcionais, e que a maioria dos projetos submetidos à Comissão respeitam a legislação ambiental. Nos casos excepcionais entende que a melhor forma de abordar o problema seria por meio de um TAC firmado em conjunto com o órgão ambiental regional, o Ministério Público e o proponente do projeto.

Dr. Lindemberg de Lima Bezerra sugeriu que uma alternativa à proposta de envio de correspondência pelo Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro poderia ser a elaboração de uma texto informativo a ser encaminhado conjuntamente à a carta de chamamento para o simpósio contextualizando a importância e relevância dos projetos MDL para o meio ambiente.

O Secretário Executivo destacou que com a alteração do prazo final para submissão de projetos que requerem créditos retroativos para o dezembro de 2006, as pressões dos desenvolvedores de projetos migrarão da Comissão para os órgãos ambientais regionais.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro perguntou aos membros da Comissão se haveria alguma outra consideração a ser feita acerca da Ata da 26ª reunião.

O Dr. Guido Gelli aponta uma correção na penúltima página da Ata da 26ª reunião que trata da minuta da resolução nº 03.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro sugere que seja acatada a sugestão do Dr. Ruy de Góes Barros e sugere que a Ata da 26ª reunião seja revisada pelos membros da Comissão e posteriormente aprovada.

O Dr. Guido Gelli pergunta se a definição em itálico anotada na última página da Ata da 26ª reunião representa uma decisão da Comissão Interministerial.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro entende que a definição em questão foi aprovada durante a 26ª reunião.

O Dr. Guido Gelli posiciona-se de acordo com a aprovação de tal definição, levantando apenas um questionamento quanto a definição de “pessoas participantes do projeto”, pondera se nesta definição estão inclusas todas as pessoas que trabalham no projeto.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro confirma que a expressão aprovada significa que será incluído no cálculo a renda familiar de todas as pessoas que trabalham no projeto.

O Secretário Executivo destacou que os membros da Comissão receberam uma cópia do texto da Resolução Nº 03 que deverá ser discutida durante a próxima reunião da Comissão e que contém a redação completa da definição de comunidades de baixa renda em seu artigo 3º.

O Dr. Guido Gelli acrescentou que sua preocupação é que todas as definições utilizadas nas resoluções da Comissão Interministerial devem ser claras, a fim de evitar problemas futuros de interpretação. Citou como exemplo um problema que o IBGE tem tido com a falta da definição de Ilhas Costeiras.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro indagou aos membros da Comissão Interministerial se estariam de acordo com a sugestão feita pelo Dr. Ruy de Góes Barros e sugerindo que a Ata da 26ª reunião seja aprovada mas permitindo que correções de forma sejam admitidas durante a próxima reunião.

2. Relato do MRE sobre a 11ª COP e 1ª COP/MOP

O Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, representante do Ministério das Relações Exteriores iniciou sua fala informando que a 11ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e 1ª Conferência das Partes no Protocolo de Quioto ocorreram em Montreal (Canadá) entre 28 de novembro e 9 de dezembro de 2005. Declarou que esta reunião representou um marco de inflexão nas negociações internacionais, principalmente devido a realização da 1ª Conferência das Partes no Protocolo de Quioto e pela consolidação de todas as decisões adotadas provisoriamente, em especial os Acordos de Marraqueche.

Apresentou ainda algumas outras iniciativas e decisões que de uma forma em geral mereceram destaque, tal como a decisão da MOP de lançar as negociações para o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto. Ainda no âmbito da MOP, foram estabelecidas uma série de medidas, consolidadas em uma nova decisão, visando articular melhor os procedimentos de exame dos projetos MDL pelo Conselho Executivo, além de reforçar a estrutura administrativa deste órgão visando assim aumentar sua eficiência e proporcionar melhor condição de trabalho para os seus membros.

Paralelamente, destacou que no âmbito da COP ficou acertado que dever-se-ia iniciar um processo de diálogo cujo objetivo seria o de apoiar, em países em desenvolvimento, a elaboração e desenvolvimento de estudos e programas nacionais que contribuam positivamente para o clima.

Finalizando o seu relato destaca a extraordinária coesão e competência da delegação Brasileira que contou com representantes do MCT, MMA, MME, Casa Civil além de vários outros órgãos. Destaca que apesar das difíceis condições de trabalho, a delegação teve uma atuação pró-ativa em todos os itens das pautas da COP 11 e COP/MOP 1. Assim, em nome do MRE, registra o reconhecimento pela excelência do trabalho em equipe.

Destaca ainda que a delegação brasileira foi chefiada pela Ministra Marina Silva e pelo Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia Dr. Luiz Fernandes.

A Dr. Laura Porto, representante do Ministério de Minas e Energias indagou sobre a posição da Rússia e dos Estados Unidos durante o evento.

O representante do MRE destacou que é sempre muito difícil comentar a situação individual de determinados países, porém, avalia que os Estados Unidos permanecem refratários a quaisquer compromissos obrigatórios que envolvam o Protocolo de Quioto e sobre o lançamento de qualquer novo processo negociador no âmbito da Convenção-Quadro. Entretanto, pôde-se observar que, sentindo a necessidade de não se isolarem, os americanos apoiaram a iniciativa acima mencionada sobre o futuro do regime do clima. Avaliou que os americanos demonstraram nesta COP que sua reticência não é absoluta e que muito embora o diálogo não seja fluido, há espaço para uma maior participação Norte Americana. O governo russo manteve uma posição peculiar quanto a um processo de aprovação voluntário para países não Anexo I durante as negociações para o segundo período de compromisso. Tal posição gerou um impasse durante os dois últimos dias de negociações, contornado após longas rodadas de negociações. Destacou que a delegação

rusa, por fim, se contentou com uma menção oral do Presidente da Conferência na qual se comprometeu a recolher sugestões dos países Partes sobre como lidar com este assunto.

3. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

➤ Projetos submetidos

A Dra. Branca Americano representando o Ministério da Ciência e Tecnologia informou que começaria a análise pelos projetos submetidos que utilizam a metodologia AM0015. Informou que estes projetos teriam certa urgência para serem analisados pois somente poderiam ser submetidos utilizando aquela metodologia até 23 de dezembro de 2005.

○ Projeto Cogeração com Bagaço Alto Alegre

A Dra. Branca Americano informou que este projeto foi submetido poucos dias antes da 27ª reunião da Comissão e que a análise do Ministério da Ciência e Tecnologia não apontou qualquer problema, sugerindo assim sua aprovação.

A Dra. Laura Porto informou ter analisado o projeto e sugeriu sua aprovação condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

- Esclarecimento quanto às Licenças Ambientais. São apresentadas duas licenças: a primeira, uma Licença de Funcionamento, emitida em 25/06/2002, sem data de validade; e a segunda, uma Licença Prévia, de 03/09/2004, também sem data de validade. Apenas a primeira cita a existência de um sistema de cogeração, com geração de energia elétrica. A Licença Prévia se refere apenas à fabricação de álcool. Solicita-se esclarecer qual destas licenças refere-se à atividade de projeto, ou que sejam apresentadas as licenças referentes ao projeto, caso ainda não tenham sido apresentadas.

Após análise das licenças ambientais apresentadas pelo projeto, o Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro questionou à Dra. Laura Porto se no caso específico deste projeto, o aumento na produção de energia, não acarretaria necessariamente uma diminuição do impacto ambiental, uma vez que evitaria que a biomassa fosse queimada de forma descontrolada a céu aberto ou em processos ineficientes.

A argumentação do Ministério de Minas e Energia foi de que segundo a legislação ambiental em vigor, toda e qualquer ampliação na produção de eletricidade requer, necessariamente, a revisão do licenciamento pelo órgão ambiental competente.

O Dr. Ruy de Góes Barros informou que, tendo em vista o exposto pelo Ministério de Minas e Energia, sugere que o Projeto Cogeração com Bagaço Alto Alegre seja aprovado com ressalva a fim de esclarecer qualquer divergência quanto ao tema do licenciamento ambiental.

Sendo assim, o Projeto Cogeração com Bagaço Alto Alegre foi aprovado com a ressalva supracitada.

o Projeto Bagaço Serra

A Dra. Branca Americano informou que o projeto foi analisado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e foi detectado uma discrepância no valor das reduções de emissões validados no Relatório de Validação e calculados no Documento de Concepção de Projeto. Por se tratar de um projeto que utiliza a metodologia AM0015 e estar sujeito ao prazo de 23 de dezembro, os proponentes do projeto foram contactados e encaminharam minutos atrás nova documentação. Sugere que o projeto seja aprovado com ressalva até que a nova documentação seja verificada.

A Dra. Laura Porto informou ter analisado o projeto e sugeriu sua aprovação condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

- Correção do termo “TUV SÜD” repetido três vezes na página “i” do relatório de validação (resumo) como se fosse essa a entidade operacional que está validando o projeto, quando este documento foi elaborado pela DNV;
- Adequação da informação contida na página 1 do Relatório de Validação: “O projeto irá permitir que a Usina da Serra forneça 15 MW de eletricidade extra à rede”. O Documento de Concepção do Projeto informa que a capacidade instalada usina é de 15 MW, mas que estarão disponíveis para geração de energia para a rede apenas 10,5 MW (4,5 MW são utilizados para o consumo interno da usina);
- Adequação da informação sobre a quantidade estimada de redução de emissão de GEE do projeto no Relatório de Validação, página 2. Enquanto o DCP informa que serão reduzidas 48.349 tCO₂e, o Relatório de Validação apresenta o valor de 48.990 tCO₂e;
- Correção do nome da usina no item A.3 – Participantes do Projeto, no DCP, página 3, onde é indicada como participante do projeto a S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool Cosan S/A Indústria e Comércio;

Sendo assim, o Projeto Bagaço Serra foi aprovado com as ressalvas supracitadas.

o Projeto Campo Florido

A Dra. Branca Americano informou que a análise deste projeto não apontou qualquer problema, sugerindo assim sua aprovação.

A Dra. Laura Porto informou ter analisado o projeto e sugeriu sua aprovação condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

- Confirmação da data apresentada da emissão da 1ª Licença Ambiental, uma vez que esta (07/05/2002) é posterior à data indicada para início da atividade do projeto (05/05/2002). Além disso, o Relatório de Validação, na página 8, item 3.6 – Impactos Ambientais informa a data de 02/05/2002 para a emissão da 1ª Licença Ambiental de Operação (nº 179), da COPAM;
- Correção do termo “TUV SÜD” repetido três vezes na página “i” do relatório de validação (resumo) como se fosse essa a entidade operacional que está validando o projeto, quando este documento foi elaborado pela DNV.

Sendo assim, o Projeto Campo Florido foi aprovado com as ressalvas supracitadas.

○ Projeto de Cogeração com bagaço Coinbra-Cresciumal

A Dra. Branca Americano informou que foram levantados as seguintes ressalvas acerca deste projeto:

- Revisão do DCP em português, corrigindo eventuais incongruências como por exemplo a divergência entre o tipo de caldeira existente antes do plano de expansão de 2003, apresentado na Tabela 1. No DCP consta a informação que tais caldeiras operariam a 21 bar, enquanto do PDD a 23 bar. Algumas frases não foram traduzidas;
- Tanto o DCP quanto o PDD, carecem de uma explicação detalhada de como se deu a implementação do projeto em 2003 e 2004 (fases 1 e 2 respectivamente). Não há referência no texto à Tabela 1;
- Revisão do Anexo III da Resolução 01, apresentado de forma objetiva as contribuições que a atividade de projeto, de fato, trouxeram para o desenvolvimento sustentável. Não se trata aqui de descrever as atividades que a empresa como um todo tem realizado.
- Verificar a informação apresentada no campo “resumo” do Relatório de Validação, página i.

Dr. Lindemberg de Lima Bezerra destacou que o projeto apresenta alguns pontos relevantes que devem ser revistos. Salienta que conceitos de distribuição de renda foram utilizados de forma equivocada no projeto. Destaca que em muitos casos atividades assistenciais e de lazer foram rotuladas no Anexo III como contribuição para a distribuição de renda. Assim, sugere que a definição de distribuição de renda seja revista pelo proponente do projeto.

A Dra. Laura Porto informou ter analisado o projeto e sugeriu sua aprovação condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

- Não foi apresentada a Licença Ambiental de Operação do empreendimento. Embora outras licenças ambientais tenham sido apresentadas, em especial a Licença de Instalação da CETESB, nº 43001222, de 16/10/2002, não foi

apresentada a Licença de Operação a Título Precário, de nº 43003240, de 21/10/2002, apontada pela DNV na pág. 9 do Relatório de Validação, e cuja renovação foi solicitada à CETESB pela Usina Coinbra-Cresciumal em 22/11/2004. Desta forma, entende-se que o empreendimento ainda não tem a licença de operação definitiva, que é necessária para justificar a adequação da componente de sustentabilidade ambiental do Projeto MDL.

A Dra. Branca Americano informou ter recebido a apenas alguns minutos uma nova documentação encaminhada pelo proponente do projeto em atendimento às ressalvas apontadas pelo MCT. Assim, sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalva, permitindo que a nova documentação seja analisada.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro concordou que o Projeto de Cogeração com bagaço Coinbra-Cresciumal pode ser aprovado com as ressalvas supra citadas.

○ Projeto de Cogeração com Bagaço Usinas Caeté Sudeste

A Dra. Branca Americano informou que este projeto também foi submetido dias antes da 27ª reunião da comissão. A análise do Ministério da Ciência e Tecnologia apontou as seguintes ressalvas:

- Revisão do Anexo III da Resolução 01, apresentado de forma objetiva as contribuições que a atividade de projeto, de fato, trouxeram para o desenvolvimento sustentável. Não se trata aqui de descrever as atividades que a empresa como um todo têm realizado.
- As Cartas Convite encaminhadas às prefeituras municipais de Delta e Volta Grande, além das cartas encaminhadas às Câmaras de Vereadores de ambas as cidades informam que a Usina Caeté S/A estaria submetendo para apreciação projetos distintos, e também distinto ao objeto de análise deste parecer.

Informa que foi apresentada uma nova versão do Anexo III, porém este documento ainda não foi analisado.

Ministro Figueiredo representante do MRE destacou que deve ficar claro que este documentos foram encaminhados à Comissão Interministerial com prazo inferior a uma semana da 27ª reunião da Comissão.

O Secretário Executivo destacou que todo documento submetido à Comissão Interministerial é protocolado, o que permite saber exatamente em que data que foi encaminhado.

O Dr. Ruy de Góes Barros sugeriu que este projeto fosse aprovado com ressalva o que permitiria que o Ministério do Meio Ambiente também o analise.

A Comissão Interministerial deliberou pela aprovação com ressalva do Projeto de Cogeração com Bagaço Usinas Caeté Sudeste.

- Projeto de Cogeração das Usinas Itamarati no Brasil

A Dra. Branca Americano informou que foram observadas algumas incoerências relativas a data do início da atividade do projeto e o período de obtenção de créditos no Documento de Concepção de Projeto. Desta forma a ressalva apresentada pelo MCT foi a seguinte:

- Novo DCP conforme o PDD, especialmente na tabela do Anexo 3, e acertando as datas de início das atividades de projeto e do período da obtenção de créditos, coerentes com o informado nos itens B.3 e C.2.1.1, confirmando o fator de emissão de 0,278 ou 0,2783 t CO₂/MWh para a energia deslocada da rede e acertando também, no item E.4, a geração de energia anual típica e as reduções anuais médias de CO₂.

A Dra. Laura Porto informou que o referido projeto encontra-se com pendências quanto ao licenciamento ambiental e está sendo questionado junto à ANEEL quanto a renovação da autorização de comercialização de energia elétrica, que encontra-se defasada. Assim, sugere que o projeto tenha sua aprovação condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

- Não foi apresentada para o empreendimento a Licença Ambiental de Operação válida, pois a única apresentada, de Nº. 537/2004, de 15.06.2004, refere-se a um período com validade até 15.06.2005 e que, portanto, já expirou. Ainda, nessa licença há referência somente à produção de álcool carburante e açúcar.
- Não foi apresentada nova licença, mas somente um Protocolo nº 156/05, de 18.05.05, em se solicita à FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente - a licença de operação para fabricação de álcool, fabricação e refino de açúcar e cogeração de energia elétrica. Contudo, não é possível admitir-se, como o faz a DNV, nas págs. 9 e 10 do Relatório de Validação nº 2005-1380 – rev. 01, que a licença já foi concedida e que “a agência ambiental estadual está ciente do aumento da capacidade de cogeração e que a avaliação do impacto ambiental para este aumento também foi feita e aprovada pela agência ambiental estadual”.
- Há discrepância na apresentação dos dados de configuração da Usinas Itamarati S.A., pois no DCP, na pág. 11, consta a informação de que a capacidade total instalada é de 38 MW, porém na pág. 8 do mesmo documento, depois da ampliação de 2001, a capacidade total seria de 42 MW. Ainda, segundo a Resolução ANEEL nº 323, de 13.08.2001, a Usinas Itamarati S.A. possui capacidade de 28 MW. Solicita-se o esclarecimento dos dados apresentados, com a configuração precisa da usina termelétrica,

qual foi utilizada para os cálculos de energia gerada e a correção dos cálculos das emissões, se necessária.

O representante do MRE questionou se as Entidades Operacionais Designadas não seriam responsáveis pela verificação de toda esta documentação.

O Secretário Executivo destacou que este tipo de falha no trabalho feito pelas validadoras tem sido recorrente, porém, devido ao interesse dos países Anexo I, estas empresas não têm sido pressionadas junto ao Conselho Executivo para melhorarem a qualidade de seu trabalho.

O representante do MRE ponderou se não seria possível propor uma representação durante a COP com vistas a buscar uma alternativa para o monitoramento da qualidade dos trabalhos das Entidades Operacionais Designadas.

Sem mais observações a Comissão Interministerial delibera pela aprovação com ressalva do Projeto de Cogeração das Usinas Itamarati no Brasil.

- o Projeto de Cogeração com Bagaço Iturama

A Dra. Branca Americano informou que a análise deste projeto não apontou questões relevantes pendentes, assim, sugere a aprovação do projeto.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra apontou que a argumentação utilizada no Anexo III está fraca e sugere que a Comissão Interministerial requeira que o documento seja reapresentado.

A Comissão Interministerial deliberou pela aprovação com ressalva do Projeto de Cogeração com Bagaço Iturama.

- o Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini

A Dra. Branca Americano informou que foram levantados as seguintes ressalvas acerca deste projeto:

- Revisão do Anexo III da resolução 01 sanando falhas na estrutura do texto.
- Esclarecimento quanto a data de início da atividade do projeto, uma vez que na Licença de Operação a Título Precário nº 4000099 consta a informação que a Licença de Instalação foi concedida em 27 de agosto de 2004, entretanto o DCP informa que o início da atividade do projeto se deu em 10 de setembro de 2001.

A Dra. Branca Americano destacou que os proponentes do projeto apresentaram uma resposta às exigências levantadas pelo MCT que informa que a empresa Nardini entrou com o requerimento de licenciamento ambiental com antecedência.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro destacou que a Comissão Interministerial não pode aprovar um projeto com falhas no processo de licenciamento ambiental, mesmo que a Entidade Operacional Designada o tenha validado. Destacou que a responsabilidade da Comissão Interministerial é com a legislação brasileira e neste sentido teria a obrigação de zelar pela qualidade dos projetos implementados no Brasil.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra destacou que uma de suas preocupações seria com a boa imagem da Comissão Interministerial junto a opinião pública. Assim, sugeriu que a Comissão Interministerial divulgue que a validação é necessária, porem não suficiente para garantir a qualidade de projetos MDL.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro concordou que seria necessário dar publicidade ao erros que vêm sendo sistematicamente cometidos pelas Entidades Operacionais Designadas. Assim, sugeriu que estes dados sejam publicados na página no MCT.

O Secretário Executivo ponderou que a publicação das análises dos projetos feitas pelos Ministérios na página do MCT poderia sobre expor os proponentes de projetos à opinião pública, o que poderia acarretar críticas de entidades ambientalistas sob projetos específicos. Informa que o procedimento atualmente adotado, consiste no envio das análises dos projetos aos proponentes, que tomam ciência de todas as críticas apontadas pela Comissão Interministerial.

O representante do MRE destacou que o objetivo do proponente do Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini seria requerer créditos retroativos aos quais o projeto não teria direito, uma vez que a atividade não estava legalmente licenciada.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro ressaltou que um projeto MDL somente pode requerer créditos referentes a um período em que a atividade esteve legalmente em operação. Assim, o licenciamento ambiental seria um requisito obrigatório para toda atividade MDL.

O Secretário Executivo sugeriu que no caso deste projeto a solução seria considerá-lo em revisão. Assim, perderia obrigatoriamente o prazo de 23 de dezembro, devendo ser re-submetido, utilizando a nova metodologia consolidada. Ao ser re-submetido para a apreciação da Comissão Interministerial a data de início da atividade de projeto deverá estar em conformidade com o licenciamento ambiental da atividade de projeto. Destaca que se for o caso, a Comissão Interministerial poderá encaminhar um ofício à Entidade Operacional Designada pedindo que corrija o seu Relatório de Validação.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra cogitou a possibilidade de convidar os representantes nacionais das Entidades Operacionais Designadas para um diálogo franco, entretanto, ponderou se não seria um esforço inútil uma vez que a validação é feita pelas matrizes destas empresas, e não pelas filiais brasileiras.

O Secretário Executivo concordou com a avaliação do Dr. Lindemberg de Lima Bezerra e complementou afirmando que os representantes nacionais das Entidades Operacionais Designadas, de uma forma em geral, têm um conhecimento muito superficial do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O Dr. Ruy de Góes Barros sugeriu que a Comissão Interministerial poderia encaminhar uma reclamação formal para as Entidades Operacionais Designadas, até porque o Brasil deve zelar pela competitividade dos projetos nacionais. Pondera que caso o procedimento de aprovação de projetos MDL esteja sendo realizado de qualquer maneira nos demais países não Anexo I e apenas o Brasil esteja exigindo um procedimento rigoroso, os proponentes de projetos poderiam, eventualmente, deixar de investir no Brasil. Sugere que esta discussão seja levada ao Conselho Executivo para deliberação.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro concordou com o posicionamento do Dr. Ruy de Góes Barros e afirmou que é uma obrigação do governo brasileiro denunciar aos organismos internacionais quaisquer irregularidade que possam por ventura estar ocorrendo no processo de validação de projetos MDL nos demais países não Anexo I.

O representante do MRE concordou com o posicionamento e acrescenta que esta questão será colocada na agenda da próxima MOP pelo governo brasileiro.

O Dr. Ruy de Góes Barros destacou que as Entidades Operacionais Designadas estão sistematicamente prestando afirmações inverídicas ao validar projetos com problemas no licenciamento ambiental. Desta forma, propõe-se avaliar qual seria a viabilidade de uma ação de responsabilização judicial sob estas empresas.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra questionou se existiria algum tipo de órgão como um conselho de validadoras responsável pela fiscalização da qualidade do trabalho desenvolvido por estas empresas.

O Secretário Executivo esclareceu que esta questão já foi levantada no Conselho Executivo e a conclusão a que se chegou foi que as Entidades Operacionais Designadas, estão usualmente acostumadas a trabalhar com processos e documentos, assim como se faz ao validar uma empresa com certificado ISO9001 entre outros. Destacou que no caso dos projetos MDL, especificamente na Validação de Projetos MDL as Entidades Operacionais Designadas têm que validar a substância dos documentos, atividade a qual não possuem experiência.

A Dra. Laura Porto informou que o Ministério de Minas e Energias observou os seguintes pontos a respeito do referido projeto:

- Correção, no item A.2 – Descrição da Atividade de Projeto, página 2, 3º parágrafo, do nome da usina: ao invés de Nardini, está escrito Serra;
- Correção, no item A.4.4.1, do valor das Reduções totais estimadas (tCO₂e), uma vez que a soma está errada na tabela apresentada;

- Correção da tabela de estimativas de redução, apresentada no item E.6, uma vez que apresenta período de créditos diferente do especificado na Seção C d DCP;
- Determinação de qual a parcela da potência instalada de 21,4 MW será utilizada para geração de eletricidade para consumo interno, ou se há outras fontes geradoras para este abastecimento.

Sendo assim, a Comissão Interministerial concordou que o Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini deveria ser revisto.

A Dra. Branca Americano informou que o Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini foi o último da lista de projetos que utilizavam a metodologia AM0015. Sugeriu que fossem analisados os projetos que utilizam a metodologia ACM002

- Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas de Cachoeira Encoberta e Triunfo – Brascan Energética Minas Gerais

A Dra. Branca Americano informou que foram levantados as seguintes ressalvas acerca deste projeto:

- Apresentação das cartas-convite à Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Órgão Ambiental Municipal de Piraúba.
- Reapresentação do DCP e PDD com acerto de localização da PCH Triunfo.
- Apresentação da planilha “BEMG – PD_Additionality_Toold.xls”
- Apresentação dos condicionantes das Licenças de Operação apresentadas, nº 666 e 763

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro indagou se este projeto poderia ser aprovado com ressalva.

A Dra. Branca Americano afirmou que na sua opinião as ressalvas levantadas acerca deste projeto não são graves concordando que o projeto poderia ser aprovado com ressalvas.

- Projeto ARAPUtanga Centrais Elétricas S.A. – ARAPUCCEL – Projeto de Pequenas Centrais Hidrelétricas

A Dra. Branca Americano informou que foram levantados as seguintes ressalvas sobre este projeto:

- Esclarecimento sobre a LO nº 1425/2005, se permite realmente a operação da usina, quanto ela estaria autorizada a produzir de energia elétrica e qual o município de sua localização;

- Reapresentação do DCP e PDD com os acertos: no item C.1, da data de início do projeto, em 01 de setembro de 2002; no item A.4.1.3, da localização das PCHs, incluindo Jaurú, além dos municípios de Indivaí e Araputanga;
- Apresentação, como forma de facilitar a análise do projeto, das planilhas eletrônicas “FCF_AltoJauru(CER).xls” e “FCF_Indiavaí(CER).xls”;
- Reapresentação do Relatório de Validação, para que conste a análise da última versão do DCP/PDD, além de acertar, no item 3.1.2, o percentual de energia elétrica importado do Paraguai.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro ponderou que este projeto possuiu muitos problemas, não sendo possível aprová-lo. Destaca que não compreende como seria possível um projeto apresentar uma licença de operação que não autoriza a implantação de obras no local da atividade de projeto.

A Comissão Interministerial deliberou pela revisão do Projeto ARAPUtanga Centrais Elétricas S.A. – ARAPUCEL – Projeto de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

- Projeto de Cogeração de Energia elétrica através da recuperação de LDG – CST – Brasil

A Dra. Branca Americano informou ter conversado com a Dra. Laura Porto e concordaram que o projeto não apresentou uma licença ambiental específica para o aproveitamento do LDG. Assim, concluíram que a apresentação desta licença seria uma condição necessária para a sua aprovação.

A Comissão Interministerial deliberou pela aprovação condicionada do Projeto de Cogeração de Energia elétrica através da recuperação de LDG – CST – Brasil.

- Projeto Aços Villares de troca de Combustível por gás natural

A Dra. Branca Americano informou que foram levantados as seguintes ressalvas acerca deste projeto:

- Reapresentação do DCP e do PDD, corrigindo o item A.4.4.1. As estimativas de redução de emissão são apresentadas para o período de 21 anos e não para o período inicial de 7 anos com seria correto;
- Esclarecimento detalhado da situação do Licenciamento Ambiental referente às conversões previstas na atividade de projeto.

A Dra. Branca Americano informou que as licenças de operação da CETESB estariam com prazo de validade vencido e deveriam ser substituídas. Destacou que o projeto poderia ser aprovado com ressalvas até que apresente estas licenças.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro concordou que o Projeto Aços Villares de troca de Combustível para gás natural poderia ser aprovado com ressalvas, contanto que permaneça nesta condição até que todas as pendências tenham sido devidamente atendidas.

- Projeto Piratini de MDL de Pequena Escala

A Dra. Branca Americano apresentou a seguinte ressalva a este projeto:

- Reapresentação do PDD corrigindo o fator de emissão da margem combinada de 0,5365 tCO₂/MWh que não é conservador, e a Tabela 5 da página 41 cuja soma das reduções das duas componentes não está correta.

Argumentou que se trata de uma questão um pouco mais sensível, pois envolve discussões sobre interpretações da legislação. Explicou que por se tratar de um projeto de pequena escala, fora conferido ao desenvolvedor do projeto a discricionariedade para escolha de um metodologia de cálculo das emissões de gases de efeito estufa.

A dúvida quanto a interpretação refere-se quanto a forma com que se interpreta o que seria uma análise conservadora. Inicialmente, o entendimento fora o de que a atitude mais conservadora deveria ser a escolha da metodologia mais conservadora e então aplicá-la ao projeto. Entretanto, a interpretação do desenvolvedor do projeto fora de que ele teria a discricionariedade na escolha da metodologia e somente teria a obrigação de ser conservador em sua interpretação.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro questionou se esta análise estaria correta.

O Secretário Executivo destacou que existe um fator complicador. Lembrou que a Comissão Interministerial, em sua 26^a Reunião, deliberou pela revisão deste projeto até que fosse apresentada uma nova versão com fator de margem combinada, compatível com os parâmetros utilizados nos projetos de grande escala implementados no Brasil. Entretanto, os desenvolvedores do projeto contra-argumentaram que esta opção não seria inviável, pois não tinha sido prevista como uma das possibilidades de metodologias implementáveis para projetos de pequena escala. Destacou que existem duas possibilidades de aplicação de metodologias, a primeira seria o cálculo das emissões da atividade de projeto, o que resultaria em valores demasiadamente baixos, ou o cálculo de uma margem combinada excluindo-se a influência das hidroelétricas. Alternativa esta, utilizada pelos desenvolvedores de projeto.

O Secretário Executivo destacou que a argumentação dos desenvolvedores de projetos seria que pelo fato de se tratarem de projetos de pequena escala o deslocamento da rede elétrica se daria preferencialmente na ponta. Assim, seria admissível a utilização de um fator mais elevado para a margem combinada. Informou que a situação apresentada diante da Comissão era de um impasse, uma vez que a escolha da metodologia mais conservadora seria extremamente prejudicial às atividades de projeto de pequena escala uma vez que obrigaria a utilização de um fator de emissão próximo a 0,07 tCO₂/MWh, enquanto o fator proposto pela Comissão Interministerial fora de 0,27 tCO₂/MWh, porém, incompatível com

as metodologias para projetos de pequena escala, restando apenas o cálculo pela via menos conservadora que resulta em uma fator de emissão próximo a 0,90 tCO₂/MWh.

A Dra. Branca Americano ponderou que talvez a atitude mais adequada seria um encaminhamento ao Conselho Executivo do MDL apontando que as metodologias de pequena escala para este tipo de projeto são inadequadas ao Brasil.

A Dra. Laura Porto destacou que no caso específico deste projeto sua preocupação não seria tão grande pois o fator da margem combinada do Rio Grande do Sul, estado em que se localiza o projeto, é sensivelmente mais elevada do que do restante do país. Ponderou que o maior problema seria quanto aos projetos localizados na região Sudeste e Centro-Oeste que por usarem no cálculo de seus fatores de emissão o deslocamento energético da rede Sul-Sudeste estariam se beneficiando indevidamente do elevado fator de emissão do sistema elétrico do Sul do país.

O Secretário Executivo argumentou que enquanto não houver a definição do fator de emissão oficial do Brasil pela ONS não haveria como argumentar. Avaliou que somente então seria possível realizar uma consulta oficial ao Conselho Executivo expondo a fragilidade desta metodologia de pequena escala para o Brasil.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro destacou que a Comissão Interministerial não poderia negar a estes projetos o direito de funcionarem simplesmente por não haver uma metodologia mais adequada.

O Secretário Executivo concordou com o posicionamento do Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro, destacando que tratam-se de poucos projetos de pequena escala. Avaliou que após a definição pela ONS dos fatores de emissão oficiais para o Brasil, a Comissão Interministerial poderia questionar junto ao Conselho Executivo uma solução para os próximos projetos de pequena escala. Sugeriu que este projeto fosse aprovado pela Comissão Interministerial.

A Dra. Branca Americano destacou que a metodologia de pequena escala permite que o fator de emissão seja ajustado a posteriori, assim, concordou que a melhor alternativa seria a aprovação dos projetos e eventualmente questionar o fator de emissão junto ao Conselho Executivo caso a Comissão Interministerial ache necessário.

O Secretário Dr. Luiz Antonio Barreto destacou que tendo em vista o exposto, sugeriu que o Projeto Piratini de MDL de Pequena Escala poderia ser aprovado. A discussão quanto ao tipo de metodologia a ser utilizada deverá ser levada ao Conselho Executivo.

A Dra. Branca Americano sugeriu que este tratamento deva ser estendido aos demais projetos que se encontram em situação semelhante.

O Secretário Executivo destacou que os demais projetos que se encontram nesta situação poderão ser aprovados mediante verificação do atendimento das demais exigências que eventualmente tenham sido feitos caso a caso.

Além do Projeto Piratini de MDL de Pequena Escala os seguintes projetos foram aprovados por se encontrarem em situações similares:

- Projeto Cosipar de Energia Renovável
- BT Geradora de Energia Elétrica S.A. Pequena Hidrelétrica Ferradura Eral Seco-RS, Brasil (BGEE)
- Pesqueiro Energia – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica no Brasil
- Projeto de Biomassa de Imbituva
- Projeto de Biomassa de Inácio Martins
- Projeto IRANI de geração de eletricidade de biomassa

4. Outros assuntos.

A Dra. Laura Porto destacou que gostaria de um esclarecimento quanto à definição do início da atividade de projeto. Apontou que na opinião de engenheiros o início da atividade de projeto deveria ser o início da operação do empreendimento, entretanto os projetos de granjas da AgCert teriam definido como início de sua atividade o início da concepção dos projetos tendo requerido créditos retroativos desde então. Destacou que caso o entendimento da AgCert esteja correto, alguns projetos do PROINFA teriam, também, direito a requerer créditos retroativos.

A Dra. Branca Americano esclareceu que o início da atividade de projeto refere-se ao momento em que o MDL passou a ser um dos motivos que influenciou o desenvolvedor de projeto a reduzir emissões de gases de efeito estufa em seu empreendimento. Assim, aponta que nos DCPs há a distinção da data de início da atividade de projeto, que segundo o seu entendimento, poderia até ser considerada a data em que foi assinado algum tipo de contrato ou termo de compromisso visando a implementação de um projeto que reduziria emissões de gases de efeito estufa, e também de uma data de início da obtenção de créditos, que de fato, refere-se ao momento em que o projeto iniciou a operar e de fato passou a reduzir emissões.

O Secretário Executivo esclareceu que a ferramenta que permitiu o requerimento de Reduções Certificadas de Emissões retroativas foi criada de forma excepcional (parágrafo 13 Dec. 17/CP.7), com o intuito de reconhecer o esforço despendido pelos desenvolvedores de projetos que iniciaram a operação de atividades do tipo MDL, antes mesmo do início da operação do Conselho Executivo e conseqüente definição das regras e metodologias para o desenvolvimento de um projeto MDL.

Nesse sentido, saliento que a elegibilidade de um projeto, passível de requerer créditos retroativos, está condicionada ao início de suas atividade, entre o período de 01 de janeiro de 2000 e 18 de novembro de 2004 (data de validação do primeiro projeto MDL) e conseqüente reduções de emissões de gases de efeito estufa.

Assim, no caso específico dos projetos ligados ao PROINFA, cuja data de início das reduções de emissões de gases de efeito estufa estejam previstas para o ano de 2006, não há que se falar, em nosso entender, em reduções de emissões retroativas, mesmo que a data de

início da atividade de projeto se enquadre nas condições definidas pelo Conselho Executivo, porque não há créditos retroativos.

A Dra. Laura Porto questionou como ficaria o caso das fazendas da AgCert que estariam requerendo créditos retroativos.

A Dra. Branca Americano informou que no caso dos projetos AgCert todas as fazendas que já iniciaram as reduções de emissões irão ter direito aos créditos retroativos, enquanto as fazendas que ainda não começaram não terão direito a estes créditos.

A Dra. Laura Porto questionou ao Dr. José Domingos Gonzalez Miguez Secretário da Comissão Interministerial se seria possível que a Comissão se manifeste oficialmente.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez informou que não haveria problema e que iria encaminhar uma resposta oficial.

O Secretário Executivo pediu ao membros da Comissão que verifiquem o texto da minuta da Resolução nº 03 da Comissão e preparem comentários para a 28ª Reunião da Comissão. Apresentou também uma proposta de calendário das reuniões para 2006 sugerindo o retorno à frequência original, reuniões bimestrais. Assim, sinalizou que a data para realização da 28ª reunião da comissão seria o dia 25 de janeiro de 2006.

O Secretário Executivo agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.